

Jéssica Leissa Sena Rebouças Pereira

Bacharela em administração (UNEB).

Neilton Soares dos Santos

Mestre em ciência, tecnologia e educação (UNIVC).

Pós-graduado em controladoria e finanças empresariais (UFLA).

Especialista em contabilidade, auditoria e perícia (UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR).

Especialista em gestão de pessoas (UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR).

Contador (FASB).

RESUMO

A agricultura familiar mostra-se importante para a economia brasileira, tanto na perspectiva econômica quanto na social, pois é responsável pela produção de boa parte dos alimentos básicos, geração de emprego e renda e diminuição do êxodo rural. Assim, buscou-se saber, de que forma o controle financeiro pode contribuir para o melhor planejamento das atividades do agricultor familiar, tendo por objetivos específicos tentar caracterizar a agricultura familiar na comunidade investigada; avaliar o planejamento financeiro das atividades dos agricultores familiares dali; e verificar se há utilização da informação contábil para a formação do preço de venda de suas lavouras. Foi feita uma pesquisa de campo numa comunidade agrícola de trabalhadores rurais Sem Terra, acampados no município de Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia, coletando dados de 110 agricultores familiares, por meio de formulação de entrevistas semiestruturadas e questionários, tratando-se de uma investigação empírica de caráter exploratório e de cunho qualitativo. Na avaliação foi possível constatar que a maioria deles está parcialmente satisfeita com os controles financeiros que praticam e todos eles acreditam que esses mecanismos podem ajudar a propriedade a ser mais lucrativa, ainda que, um número expressivo desses agricultores não promova a gerência de suas finanças.

Palavras-chave: controle financeiro; agricultura familiar; planejamento da atividade rural.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar apresenta características distintas e tem um peso importante para a economia brasileira. De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) (2018), cerca de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes têm base

econômica oriunda de recursos gerados pela agricultura familiar, além de ser ela a responsável por 40% da renda da população economicamente ativa.

Ainda de acordo com a SEAD (2018), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de faturamento anual de produção de alimentos, estando em 8º lugar em maior produção em regime familiar. Com esse desempenho, o Brasil tem se destacado como um dos países que está em constante produção de alimentos em massa, movimentando a exportação, desenvolvendo a economia e gerando emprego e renda para a população.

Depois de passar por diversas posições na economia brasileira, a agricultura familiar tornou-se de grande importância para o setor agrícola, social e econômico no país, entretanto, a maioria dos agricultores não conhece de forma contábil sua propriedade rural, o que dificulta tanto o planejamento quanto a tomada de decisão (SILVA, 2017), podendo até impactar na renda da família.

Conforme preconiza Crepaldi (2012), a contabilidade serve como um instrumento de função administrativa, como finalidade de controlar e prestar informações do patrimônio e apurar o resultado das entidades rurais. Na mesma direção, Barros (2003) afirma que a contabilidade é um instrumento que auxilia a administração com planejamentos, estratégias e tomada decisões, tornando-se fundamental para quaisquer tipos de organizações.

Para que se tenha um controle, com um maior grau de eficácia, é necessário o uso de instrumentos contábeis para a obtenção de um resultado mais aprimorado, por meio de relatórios de produção e fluxos de caixa capazes de demonstrar com regularidade seus gastos, e fixar, de forma coerente, o preço de venda dos seus produtos.

Dentro de um cenário de evolução na agricultura familiar, observa-se a pertinência da gestão contábil para esta. Sendo assim, esta pesquisa discute a relevância do controle financeiro na agricultura familiar, numa comunidade agrícola de trabalhadores rurais Sem Terra, acampados no município de Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia.

Desse modo, buscou-se saber, de que forma o controle financeiro pode contribuir para o melhor planejamento das atividades do agricultor familiar? Para além do questionamento, que revela seu objetivo geral, os objetivos específicos desta pesquisa foram direcionados na tentativa de caracterizar a agricultura familiar na referida comunidade; avaliar como é feito o planejamento financeiro das atividades dos agricultores familiares dali; e verificar se há utilização da informação contábil para a formação do preço de venda de suas lavouras.

O estudo partiu da hipótese de que pela ausência de controle financeiro, que é um meio importante para o planejamento e sucesso da propriedade, o agricultor familiar pode ter dificuldades na gestão de suas finanças, por não compreender a proeminência da aplicabilidade desse conjunto de ferramentas no empreendimento rural.

A investigação torna-se relevante ao contribuir diretamente com a imputação de valores à compreensão do agricultor familiar sobre a importância da manutenção do controle financeiro e dos possíveis danos

causados por sua falta, tendo a realidade como foco de análise e verificação, possibilitando, ainda, a socialização do conhecimento com pessoas interessadas na temática.

SITUANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

Em conformidade com Sunderhus (2014), por sua capacidade produtiva a agricultura familiar insere-se como um segmento de cultivo de alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar e nutricional de famílias situadas em locais urbanos ou rurais, contribuindo diretamente com o desenvolvimento sustentável. Ela desempenha papel importante no fortalecimento da economia ao promover mecanismos social e produtivo capazes de acelerar o desenvolvimento das comunidades rurais.

Na definição da SEAD (2016), também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. Para a SEAD (2016) são características desse coletivo o compartilhamento da terra pelo núcleo familiar, que detém dela sua principal fonte de renda, e a ela dedica sua mão de obra, mantendo com ela, concomitantemente, uma relação de local de trabalho e moradia, como também é disposto da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu parágrafo 2º, do art. 3º.

Para Bojanic (2017), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), caracteriza a agricultura familiar

[...] como todas as atividades agrícolas de base familiar e também como uma forma de classificar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que é gerida e operada por uma família e que depende principalmente de mão de obra familiar, incluindo tanto mulheres como homens.

De acordo com Sunderhus (2014), o grande desafio é fortalecer a organização dos processos produtivos e de relações sociais e comerciais dos agricultores familiares, com tecnologias compatíveis a realidade do mercado local e urbano, com produtos de sua própria identidade, agregando valor à produção e tendo novas alternativas para uso da unidade de produção familiar, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais, qualidade de vida da família e consolidação dessa categoria socioeconômica.

A agricultura familiar constitui base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, corresponde a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e concentra 40% da população economicamente ativa do país (SEAD, 2016).

A SEAD (2018) aponta que ela contribui de forma significativa para a economia, afirmando ainda que, considerando apenas a produção da agricultura familiar, o Brasil se destaca como o oitavo maior produtor de

alimentos do mundo (dados fazem comparação entre o Banco Mundial e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e quando somada a da agricultura patronal, essa posição sobe para o quinto maior.

Dentre os estados brasileiros a Bahia é o que possui o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, conforme enquadramento da Lei nº 11.326/2006, sendo 665.831 o seu quantitativo, o que corresponde a 15,2% do total nacional. Em nível de Brasil, eles possuem tamanho médio de 18,4 hectares, sendo que na Bahia a média é 15,0 hectares (SANTANA et al., 2015).

Essa agricultura é responsável pela produção de boa parte dos alimentos básicos que chegam às mesas dos baianos, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (BAHIA, 2018), dentre os 27 territórios de identidade do estado, 10 têm predominância da agricultura familiar.

Entretanto, mesmo conhecida a sua importância, ainda é preciso superar as dificuldades diante da insuficiência de políticas públicas vigorosas para lidar com as questões estruturais, como a concentração da posse de terra, forma de acesso aos recursos naturais, escassez de capital financeiro, baixas soluções para tecnologias apropriadas e êxodo rural entre outros.

E sendo um mercado altamente competitivo, independente da atividade agrícola explorada, os produtores precisam construir seu diferencial para o sucesso de seus negócios e fortalecimento da resistência. Para isso, os instrumentos da contabilidade se tornam ferramentas fundamentais no planejamento e tomadas de decisões, visando à obtenção de melhores resultados financeiros.

A CONTABILIDADE NA AGRICULTURA

A contabilidade é uma ciência social que auxilia o processo decisório por meio de suas técnicas de estudo, controle e análise do patrimônio. É ela quem estuda e pratica as funções de controle e registros relativos aos fatos da administração, permitindo aos seus usuários entender a situação econômica e financeira da entidade (BARROS, 2003).

Como em qualquer empreendimento, na agricultura também é importante que se tenha registros sofisticados capazes de suprir as necessidades de informações do negócio, capazes de contribuir com os planejamentos de curto, médio ou longo prazo da entidade. Nesse sentido, Silva (2017, p.2) esclarece que:

As propriedades rurais devem possuir contabilidade específica, porque possuem particularidades próprias do ramo, diferenciando-as de qualquer outra atividade empresarial. Um exemplo na atividade agrícola está no exercício social para apuração das atividades e na contabilização das culturas produzidas.

Nas palavras de Marion (2014), na atividade agrícola é mais lógico definir o exercício social de acordo com a safra, usufruindo do resultado após o plantio, colheita e comercialização da produção. Devendo aquelas com mais de uma cultura e colheitas em épocas diferentes, fixá-lo de acordo com a economicamente preponderante. Existindo ainda dois tipos de culturas, as temporárias e as permanentes. As primeiras são de curto prazo de vida e após a colheita são extraídas do solo, sujeitas ao replantio, enquanto as segundas contemplam as lavouras com duração superior a um ano e proporcionam mais de uma safra.

Segundo o mesmo autor (ib.), a contabilidade orientada à agricultura é chamada de contabilidade de ativos biológicos e é destinada a tudo que nasce, cresce e morre, contemplando as culturas agrícolas temporárias, permanentes, animais e rebanhos, tanto de produção como de corte. Para ele,

Com a entrada do Brasil na rota da contabilidade internacional e com a chegada do IFRS (International Financial Reporting Standards) editadas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), no caso dos ativos biológicos o CPC nº 29, o Brasil, com mais de 100 países, passa a praticar um novo modelo contábil na atividade rural (MARION, 2014 p. 33).

Desde então a contabilidade passou a ter regras e normas específicas para a atividade rural, quanto à forma de reconhecimento e mensuração desses ativos biológicos.

CONTROLE FINANCEIRO NA AGRICULTURA

De acordo com o Sebrae (2013), para ter controle financeiro é necessária a programação, diferenciando as necessidades de consumo, separando as despesas familiares das da propriedade rural, traçando metas que são essenciais para o sucesso financeiro da família e da atividade rural de modo que se torne mais fácil o percurso até onde se pretende chegar. Ele é tão importante na agricultura quanto em qualquer outra área. Para fazê-lo é preciso, no mínimo, controlar as compras, as vendas e os estoques da propriedade.

Antes de comprar é imprescindível que se saiba a necessidade do serviço, produto ou insumo, evitando gasto dispensável que prejudique o resultado, assim, o controle dos estoques supre essa carência de informações. E por meio do controle das vendas é possível prever o valor e tempo da entrada de dinheiro no caixa, podendo a partir disso programar seus pagamentos, planejar o futuro da propriedade, saber se o dinheiro será suficiente para o pagamento das contas.

O Além disso, um bom fluxo de caixa traz diversos aspectos de controle e planejamento para o negócio, proporcionando uma visão detalhada da capacidade do caixa, previsão de necessidade de capital de giro, e até

mesmo apontar possibilidades de novos investimentos, ajudando no direcionamento das decisões. Para se fazer o fluxo de caixa, outros controles precisam ser implantados, como o controle da movimentação diária de caixa, controle de contas a pagar e de contas a receber. Sob perspectiva da temporalidade, ele pode ser diário, semanal, mensal ou anual podendo ter suas projeções e estimativas embasadas em fluxos de períodos anteriores.

É para que a produção agrícola seja comercializada é necessário que esta tenha preço de venda adequado, capaz de proporcionar aos produtores o custeio dos gastos com insumos, mão de obra, deterioração de equipamentos etc. e o alcance de alguma rentabilidade não acarretando assim em possível prejuízo.

Os preços dos produtos dependem da oferta e demanda que esses têm no momento da venda e existem três influenciadores sobre eles: os clientes, os concorrentes e os custos (KOTLER et al., 2003). Ao final, quem decidirá o preço de venda é o mercado, entretanto, é preciso ter controles financeiros que permitam avaliar e decidir sobre eles.

PERCURSO METODOLÓGICO E LÓCUS DA PESQUISA

As verificações foram feitas através de formulários, sendo formuladas entrevistas semiestruturadas, realizadas em agosto de 2019, na sede do acampamento, com os seus coordenadores, para caracterizá-lo. Já para saber sobre o controle financeiro nas propriedades foram aplicados, no mesmo mês, 110 questionários, na farinheira e na horta coletiva existentes na comunidade, que conforme Manzanato e Santos (2012), deve possuir uma lógica na representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação dos dados, não sendo intuitiva, respeitando sempre a opinião do entrevistado.

Esta pesquisa possui uma amostra com 95% de confiança. Para se calcular o seu tamanho foi utilizada a calculadora do Comento, que alimentada com as variáveis (número da população, margem de erro desejada, grau de confiabilidade e distribuição da população) apresenta o seu tamanho.

O estudo pode ser caracterizado como exploratório, pois, como ensinam Marconi e Lakatos (2003), é uma investigação empírica, onde é possível o desenvolvimento de hipóteses, aumenta a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno.

O acampamento onde foi realizada a pesquisa nasceu de um processo de luta pela terra que começou no dia 8 de abril de 2009. Possui, aproximadamente, 260 famílias, uma escola, um posto de saúde, dois poços artesianos, rede elétrica e encanação individual de água, com uma área de 2.400 hectares. Os agricultores escolheram a localidade onde estão pré-assentados por conta da fertilidade da terra para produção. As vendas dos produtos são realizadas individualmente, não havendo mecanismos de vendas comunitárias.

A comunidade é dividida em grupos de coordenações, por setores, os quais contam com dois coordenadores e mais dez membros. Os setores são: produção, educação, saúde, comunicação, formação, frente de massa, juventude e gênero, além do grupo de coordenadores políticos.

Quarta-feira é o Dia Coletivo. Num primeiro momento, todo o grupo se reúne para tratar dos princípios e normas da comunidade, planejamento da atuação política nos eventos do MST e demais assuntos de interesse da coletividade. Em seguida são formadas equipes para a realização de trabalhos destinados a arrumação do acampamento, numa espécie de mutirão, cuja cooperação de todos é obrigatória.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

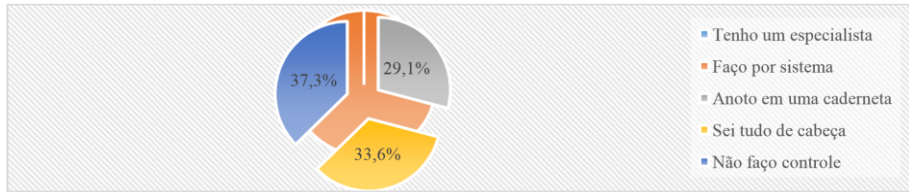
A principal cultura da comunidade é a mandioca, cultivada por 47,3% dos agricultores, pois é a que tem maior produtividade e qualidade. Em segundo lugar, com 11,8%, está o plantio da banana e em terceiro o milho e o feijão, com 10% cada. Os demais cultivos estão distribuídos entre amendoim, cereais, hortaliças, melancia, abóbora e maracujá. Dos entrevistados, 9,1% não responderam qual a sua cultura preponderante. De um total de 11 produtos, a maioria deles é de cultivo temporário, sendo permanentes apenas dois: banana e maracujá.

Os resultados indicam que a gestão das propriedades é feita pelo próprio agricultor ou seu familiar, ou seja, nenhum deles tem ajuda especializada para essa atividade, indo ao encontro ao que preconiza a Lei nº 11.326/2006, que aponta como característica dessa categoria socioprofissional a administração do imóvel rural realizada por membros da própria família.

Apenas 20 dos entrevistados afirmaram ter participado de algum treinamento sobre gestão, controle e administração de propriedade rural. Questionados sobre onde realizaram a capacitação, 70% desses fizeram em lugares diversos a sindicatos, prefeituras ou cooperativas. A gestão torna-se importante para que essa atividade diminua a sua vulnerabilidade no mercado, pois, se houver uma boa gestão as finanças também se mantêm organizadas e as tomadas de decisões serão mais assertivas e conseqüentemente expressarão o sucesso, considerando as otimizações dos resultados.

Observou-se ainda que a maioria dos agricultores, 37,3%, não faz o controle financeiro da propriedade, e os que fazem não contam com auxílio de especialistas ou de sistemas próprios, 33,6% sabem de cabeça e 29,1% anotam em uma caderneta, conforme mostra o Gráfico 1, não sendo tais métodos muito confiantes para que o controle seja efetivo.

Gráfico 1 - Controle financeiro

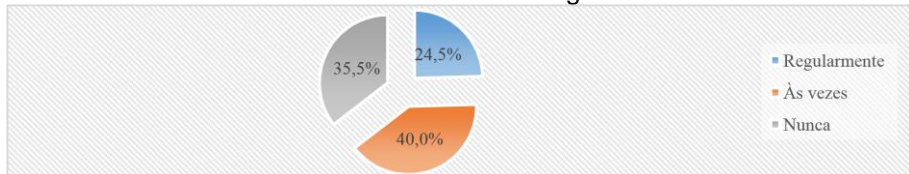


Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Com relação à escolaridade dos agricultores, 65,5%, possui ensino fundamental incompleto, 10,9% desses não estudaram, 7,3% concluíram o ensino fundamental, 3,6% estão com ensino médio incompleto, 7,3% concluíram o ensino médio, 3,6% têm ensino superior incompleto e apenas 1,8% completaram o ensino superior. Entretanto, essa parcela com acesso ao ensino superior, não demonstrou ter métodos de controle financeiro que a difere dos demais.

No que diz respeito ao controle dos gastos, apenas 24,5% dos agricultores o fazem com regularidade, 40% fazem às vezes e 35,5% nunca fazem esse tipo de controle, como demonstrado no Gráfico 2. O controle financeiro na agricultura deve ser valorizado, assim como em qualquer outra atividade, pois, representa a administração do dinheiro, além disso, a sua análise possibilita a definição de estratégias para redução dos custos e aumento dos lucros, razão pela qual ele tem a necessidade de estar sempre atualizado.

Gráfico 2 - Controle dos gastos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A separação entre os gastos pessoais e os da propriedade rural não é feita pela maioria dos agricultores. 50,9% não promovem a segregação das despesas, somente 23,6% separam com habitualidade e 24,6% separam ocasionalmente, impossibilitando assim uma apuração do resultado da atividade rural, uma vez os gastos não são desmembrados. Segundo o SEBRAE (2013), é necessário planejamento, diferenciando as necessidades de consumo, separando as despesas familiares das da propriedade rural, traçando metas que são essenciais para o sucesso financeiro da família e da atividade, para que não acarrete desembolsos desnecessários.

Indagados ainda sobre o controle das perdas com as culturas, nenhum dos agricultores afirmou contar com ajuda profissional ou sistema especializado para fazê-lo. Diante da pergunta 52,7% declararam nunca fazer esse tipo de controle, 26,4% que o faz de cabeça e os outros 20,9% que

anotam essa informação em uma caderneta. Seguindo o que preconiza Bornia (1995 apud ESTRELA GEORGE, 1999), a identificação e a avaliação das perdas constituem um importante mecanismo do processo de produção, caracterizado, inclusive, como um instrumento de melhoria e aperfeiçoamento do sistema. Ou seja, as perdas podem gerar prejuízos para a propriedade, por isso, é salutar que se faça o seu controle constantemente para evitar o comprometimento dessa parcela que contribuiria com a formação do seu lucro.

Sobre a percepção dos agricultores acerca do controle financeiro praticado, nenhum deles alegou insatisfação total, mas, ainda assim, 9,1% encontram-se parcialmente insatisfeitos com o seu controle, enquanto 30,9% estão neutros, 46,4% estão parcialmente satisfeitos e só 13,6% estão totalmente satisfeitos com a gestão financeira que promove.

Dos que se declaram totalmente satisfeitos com o controle realizado, 53,3% deles não sabem quanto lhes sobra por mês, 20% têm uma ideia do valor e 26,7% sabem exatamente quanto sobra. Com um controle eficiente tem como saber quanto de recurso financeiro efetivamente sobra no mês, ou falta, e, de posse dessa informação é possível nortear as ações do agricultor nas tomadas de decisões e elaboração de estratégias.

Gráfico 3 - Satisfação com o controle

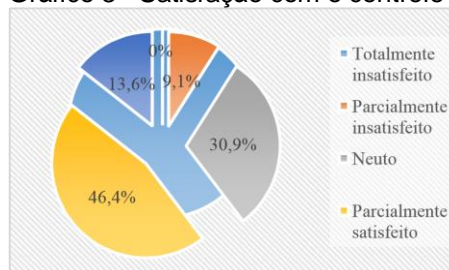
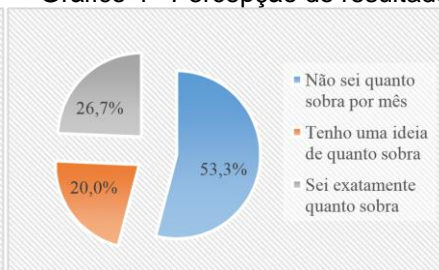


Gráfico 4 - Percepção do resultado



Fonte: Elaborados pelos autores, 2019.

No que concerne à definição dos preços de vendas dos produtos apenas 1,8% da amostra contabilizam os gastos com a produção para defini-lo, 22,7% colocam os preços de forma aleatória e 75,5% tomam os preços dos seus concorrentes como base. É fundamental que os custos da formação cultura sejam contabilizados até chegar ao preço de venda, mesmo que seja o mercado quem direcione o seu valor final, até mesmo para tê-lo como parâmetro. Bruni e Famá (2003) dizem que a formação de preço contabilizado é importante, pois, proporciona o maior lucro possível, evita desperdícios e maximiza o capital empregado.

Mesmo que a maioria dos agricultores respondentes tenha declarado não fazer uso de controle financeiro, ao serem questionados sobre estarem convictos de que os controles financeiros podem contribuir com a prosperidade e lucratividade da propriedade rural, a resposta foi um “Sim” unânime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando ao objetivo central deste estudo, com essa pesquisa foi possível comprovar que a administração das propriedades é feita 100% por membros das famílias, se enquadrando na Lei nº 11.326/2006. Quanto ao grau de escolaridade que esses possuem, constatou-se baixo nível, sendo que mais da metade dos questionados possuem nível fundamental incompleto, ainda que a qualidade do controle que esses indivíduos promovem em suas propriedades não se difere daqueles realizados pelos que possuem ensino superior incompleto ou, até mesmo, completo.

Acerca dos principais resultados deste estudo, relembando o problema de pesquisa: De que forma a informação sobre o controle financeiro pode contribuir para o melhor planejamento e gestão da propriedade do agricultor familiar? conclui-se que a maioria dos agricultores não faz o controle financeiro das suas propriedades, possuindo automaticamente um baixo nível de planejamento e gestão. Prova disso é o fato de a maioria se declarar satisfeita com seu controle financeiro e não saber mensurar quanto lhes sobra por mês.

Grande parte dos pesquisados também não possuem conhecimento sobre suas perdas, ainda assim, muitos agricultores fazem suas contas ou tem seu controle “feito de cabeça”, o que acaba por desfavorecer o crescimento de seus empreendimentos rurais, se fazendo necessário um controle mais eficiente por meio de ferramentas estruturadas, seja ele por aplicativos, planilhas ou, até mesmo, ficheros ou livros, bem como, pelo menos, a separação dos gastos da propriedade dos gastos pessoais da família.

Sugere-se então a essa comunidade a busca por mais esclarecimentos sobre o controle financeiro e sua importância na gestão da atividade rural. Podendo ser utilizado o Dia Coletivo para promoção de palestras com temas que contemplem o controle financeiro sob a perspectiva da agricultura familiar, ressaltando a sua relevância e o quanto ele pode contribuir no alcance de uma melhor rentabilidade.

Planejar é ter a clareza de onde se quer chegar, mas para isso é necessário conhecer o seu ponto de partida, ou seja, onde se encontra, o que é possível ser feito com a utilização dos instrumentos e técnicas de controles financeiros. A análise dos registros permite tanto avaliar o desempenho do estabelecimento rural quanto nortear os processos decisórios e de planejamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Participação da agricultura familiar na Bahia e nos territórios de identidade**. Abril/2018. Salvador: SEI, 2018. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agricultura/Agricultura_Familiar_Bahia_2010_2015.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade básica**. Coleção prática IOB, São Paulo, 2003, 298 p.

BOJANIC, Alan. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030**. 13/10/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRUNI, A. L. & FAMÁ, R. **Gestão de custo e formação de preço**: com aplicação na calculadora HP12C e Excel. São Paulo: Atlas, 2003.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTRELA, George. et al. Identificação e mensuração das perdas internas do processo produtivo de uma indústria de curtume utilizando o método abc. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 1999. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/3138/3138>>. Acesso em: 11 set. 2019.

KOTLER, P. & ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MANZANATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. 2012. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda – pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTANA, Adrielli Santos, et al. Agricultura familiar na bahia: uma análise descritiva a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SEMANA DO ECONOMISTA/ENCONTRO DE EGRESSOS, 5., 2015. Ilhéus. **Anais eletrônicos...** Ilhéus: Uesc, 2015. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/vsemeconomista/anais/gt2-1.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SEAD. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 12/06/2018. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agriculturafamiliardobrasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SEAD. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – **Produtor rural: Plantando Educação Financeira e Colhendo Lucro**. Salvador: Sebrae/BA, 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/584c9886b4f76f89a11f00c30e63bea5/\\$File/4579.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/584c9886b4f76f89a11f00c30e63bea5/$File/4579.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SILVA, Leidian Moura. **Benefícios da contabilidade rural para a agricultura familiar**: um estudo sobre famílias na cidade capitão poço-pará. In: CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 2., 2017. Uberlândia: UFU, 2017. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9373__beneficios_da_contabilidade_rural_para_a_agricultura_familiar__um_estudo_sobre_familias_na_cidade_de_capitao_poco_-_para.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SUNDERHUS, Adolfo Brás. **Características da agricultura familiar**. 26/12/2014. Disponível em: <<https://terraeprosa.wordpress.com/2014/12/26/caracteristicasdaagriculturafamiliar/>>. Acesso em: 13 ago. 2019